



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA**

BRENDA BARBOSA CARVALHO

**PODER SOBERANO E ESTADO DE EXCEÇÃO CONTEMPORANEO
EM AGAMBEN**

**Brasília
2018**



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA**

**PODER SOBERANO E ESTADO DE EXCEÇÃO CONTEMPORANEO
EM AGAMBEN**

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado ao departamento de Filosofia da Universidade de
Brasília, como requisito para obtenção do grau de Bacharelado
em Filosofia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Cecília Almeida.

Brasília
2018
DEDICATÓRIA

Ao meu melhor amigo, Matheus, que nunca mediu esforços para me ajudar a realizar meus sonhos.

AGRADECIMENTOS

A todos os meus professores, pelo vasto conhecimento proporcionado durante todos esses anos.

À professora Maria Cecília Almeida, pela atenção e por me mostrar a direção certa.

À Filosofia, por me tirar da escuridão.

À Zilda, que me deu a vida e por acreditar que sou capaz.

Ao José Milton, que sempre esteve do meu lado, nas piores e melhores decisões.

À Margarida, pela amizade, pelo carinho e por me conceder abrigo.

Ao Ricardo, pelo apoio e pela generosidade.

À Dayane, por aguentar minhas divagações e pelas trocas de conhecimento.

Ao Matheus, pelo companheirismo e por me manter firme e sã.

O homem nasceu livre e, não obstante, está acorrentado em toda parte. Julga-se senhor dos demais seres sem deixar de ser tão escravo como eles. Como se tem realizado esta mutação? Ignoro-o. Quem pode legitimá-la?

Jean Jacques Rousseau

RESUMO

O presente estudo teve por objetivo analisar os conceitos apresentados pelo filósofo Agamben sobre a questão da política. Partindo do nexos entre a violência e o poder soberano na produção de vida desqualificada sob a perspectiva da perda dos direitos fundamentais do cidadão, seguiu-se na discussão sobre a política contemporânea, advinda da tradição grega, implicando em uma relação entre a vida e o soberano, sendo este o único capaz de apresentar a forma legal de algo que não pode ser legal. Neste ínterim, a investigação dos conceitos mostrou-se importante para elucidar as concepções de que o Estado de exceção é um Estado ilegal. Logo, é justa a tentativa de explicar o Estado de exceção a partir da ditadura militar brasileira.

ABSTRACT

The present study aimed to analyze the concepts presented by the philosopher Agamben on the issue of politics. Starting from the nexus between violence and sovereign power in the production of life disqualified from the perspective of the loss of the fundamental rights of the citizen, it was followed in the discussion on the contemporary politics, coming from the Greek tradition, implying in a relation between the life and the sovereign, being the only one able to present the legal form of something that can not be legal. In the meantime, the investigation of concepts has proved important to elucidate the conceptions that the State of exception is an illegal state. Therefore, it is fair to attempt to explain the state of exception from the Brazilian military dictatorship.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
Capítulo 1	11
Limites do Poder Soberano.....	11
1.2 PODER SOBERANO.....	15
Capitulo 2.....	17
O poder da vida nua	17
2.1 <i>BIOSVERSUSZOE</i>	17
2.3 SACRALIDADE DA VIDA	19
2.3 O PODER SOBERANO E O DIREITO DE MATAR.....	21
Capítulo 3	25
3.1 O GOLPE DENTRO DO GOLPE.....	25
CONCLUSÃO	29
REFERÊNCIAS.....	30

INTRODUÇÃO

A natureza do poder soberano é uma problematização filosófica que ainda traz muitos questionamentos para a contemporaneidade. No decorrer dos séculos, o soberano modificou o objeto de poder. Se na modernidade, a soberania visava por ter o poder de morte dos seus cidadãos, na contemporaneidade, traz uma novidade: a administração da vida.

O filósofo Giorgio Agamben faz uma reflexão minuciosa a respeito da relação do poder soberano e a o convertimento da vida em mecanismo de governo. Neste ínterim, a presente pesquisa buscou compreender como é possível o soberano atentar contra a vida dos seus cidadãos e não sofrer punição. Por intermédio das obras *Homo sacer: o poder da vida nua* e *Estado de exceção*, analisaram-se os conceitos introduzidos pelo filósofo e relacioná-los à política brasileira, em especial, o período da ditadura militar.

Para elaborar sua reflexão, Agamben flertou com as teorias jurídicas que assumem que o Estado de exceção é algo já dado e que não precisa ser investigado pelo âmbito do jurídico, pois, o considera uma problematização política.

A partir da definição de soberania trazida pelo jurista Carl Schmitt, de que o soberano é aquele que decide sobre o Estado de exceção, aquele filósofo propõe uma pesquisa mais aprofundada sobre o conceito, pois considera necessário estabelecer uma teoria própria para o Estado de exceção, para saber a qual lugar pertence, já que está atrelado aos âmbitos político e jurídico.

É preciso salientar que o Estado de exceção é uma técnica de governo, que se apresenta como uma excepcionalidade em uma situação de emergência, quando o ordenamento jurídico permite que algumas garantias e direitos constitucionais sejam suspensos; mas também pode apresentar-se como um problema quando se torna uma técnica de governo recorrente, passando de um Estado de excepcionalidade para regra.

De modo estrutural, o presente estudo foi dividido em três capítulos, onde, no primeiro, se tem uma arqueologia do Estado de exceção e sua relação com a soberania. Aqui, não foi possível mensurar a origem dos conceitos, pois se tem uma tenaz ligação entre o passado e o futuro.

No segundo capítulo tem-se uma análise do conceito *homo sacere* a produção da vida nua, sobretudo, no nexo entre a biopolítica e soberania. De fato, a partir da inscrição da vida nos mecanismos de poder, é possível perceber que a vida nua coincide com a existência da soberania, no sentido de que a soberania é responsável pela produção da vida nua na medida em que o Estado abandona o indivíduo.

Por fim, o terceiro capítulo tratou da tentativa de analisar a ditadura militar brasileira, a fim de constatar se o período significou um Estado de exceção, evidenciando uma guerra civil entre o indivíduo e Estado, onde o cidadão vivia refém do Estado e do poder de decisão de vida e morte. Aqui, após apresentar o contexto histórico do período, fez-se uma breve reflexão sobre a possibilidade de relacionar o conceito de Estado de exceção à ditadura militar brasileira.

Capítulo 1

Limites do Poder Soberano

1.1 ESTADO DE EXCEÇÃO

O filósofo Giorgio Agamben(2008) assumiu a tarefa de compreender o conceito de Estado de exceção, pois, tal ação tem se tornado cada vez mais recorrente na política contemporânea e com teorias incipientes para o devido exame.

Segundo aquele filósofo, a definição do conceito é de Estado de exceção é algo difícil, por estar no limite entre o âmbito político e jurídico. Por não ter sido reconhecido pelos juristas e filósofos como conceito relevante, mas sim, como limite em si mesmo, a questão do Estado de exceção carece de uma teoria ou definição precisa, sendo, por vezes, confundida com cenário de anarquia.

Grande parte dos pensadores desconsidera as circunstâncias em que o Estado de exceção é inscrito, pois, em um primeiro momento, ele pode ser considerado um fenômeno político, por surgir em crises políticas, podendo ser também um fenômeno jurídico, como determina a lei.

Não só a legitimidade de tal teoria é negada pelos autores que, retomando a antiga máxima de que necessitas legem non habet, afirmam que o estado de necessidade, sobre o qual se baseia a exceção, não pode ter forma jurídica; mas a própria definição do termo tornou-se difícil por situar-se no limite entre a política e o direito. (AGAMBEN, 2008, p. 11).

A ambiguidade causada pela a exceção gera uma definição aceita – por juristas e filósofos – como uma situação de excepcionalidade, onde o ordenamento jurídico permite que garantias e direitos constitucionais sejam suspensos, para que uma situação adversa seja resolvida, sendo mais comum suspender direitos individuais do cidadão, promovendo, assim, a plena ação do poder soberano.

Longe de responder a uma lacuna normativa, o estado de exceção apresenta-se como a abertura de uma lacuna fictícia no ordenamento, com o objetivo de salvaguardar a existência da norma e sua aplicabilidade à situação normal. A lacuna não é interna à lei, mas diz respeito à sua relação com a realidade, à possibilidade mesma de sua aplicação. É como se o direito contivesse (AGAMBEN, 2008, p. 11)

A exceção é atrelada ao conceito de necessidade – exposto como estrutura para que o Estado de exceção se desenvolva. É a partir da necessidade que se criam novas leis, que torna algo ilícito em lícito ou vice-versa. Por seu intermédio, é justificável qualquer transgressão que o cidadão venha a sofrer caso o Estado o considere como inimigo.

A exceção é uma espécie de exclusão. Ela é um caso singular, que é excluída da norma geral. Mas o que caracteriza propriamente a exceção é que aquilo que é excluído não está, por causa disto, absolutamente fora da relação com aquela na forma de suspensão. A norma se aplica a exceção desaplicando-se, retirando-se desta. O estado de exceção não é, portanto, o caos que precede a ordem, mas a situação que resulta da sua suspensão. Nesse étimo, capturado fora (*ex – capere*) e não simplesmente excluída. (AGAMBEN, 2012, p. 24).

O filósofo compreende a exceção como uma lacuna na lei; uma medida ilegal que se converte em direito. Pela necessidade, se tem a suspensão do direito em vigor, acarretando em discussão a respeito do lugar que cabe a exceção, pois, a ambiguidade em que está subscrita a coloca em uma condição de dentro e fora da lei, uma vez que parece ser algo externo ao ordenamento jurídico e, ao mesmo tempo, uma lacuna prevista para garantir a aplicação das normas.

Aquele filósofo promove uma arqueologia histórica para completar a pesquisa a respeito do conceito ao afirmar que foi a França onde se deu as primeiras ações de uso da exceção como solução para amenizar o caos sofrido pelo Estado. Ali, a suspensão da Constituição estava prevista nos artigos que determinava o Estado de sítio em decorrência de guerra, visando proteger o Estado e o povo.

Vincula o Estado de exceção ao Estado de sítio decretado na França, em 1971, em decorrência da Revolução Francesa. O grande objetivo do decreto era substituir as leis civis pelas leis militares – lei marcial, que dá direito às Forças Armadas agirem contra os cidadãos para coibir revoltas e desordem. Vários outros países da Europa já a fizeram uso da exceção para dar plenos poderes ao Poder Executivo como garantia da manutenção do Estado. Como exemplo, tem-se a Alemanha, a Itália, os Estados Unidos da América e o Brasil. Em vários períodos da história têm-se situações em que foi necessário o uso da exceção.

Se, como se sugeriu, a terminologia é o momento propriamente poético do pensamento, então as escolhas terminológicas nunca podem ser neutras. Nesse sentido, a escolha da expressão “estado de exceção” implica uma tomada de posição quanto à natureza do fenômeno que se propõe a estudar e quanto à lógica mais adequada à sua compreensão. Exprime-se uma relação com o estado de guerra que foi historicamente decisiva e ainda está presente, as noções de “estado de sítio” e de “lei

marcial” se revelam, entretanto, inadequadas para definir a estrutura própria do fenômeno e necessitam, por isso, dos qualificativos “político” ou “fictício”, também um tanto equívocos. O estado de exceção não é um direito especial (como o direito da guerra), mas enquanto suspensão da própria ordem jurídica define seu patamar ou seu conceito limite (AGAMBEN, 2012, p. 15).

No Brasil, o caso mais recente se deu na decisão do presidente Michel Temer em assinar o decreto de intervenção federal na segurança pública do Estado do Rio de Janeiro, onde possibilitou às Forças Armadas gozarem do poder de polícia civil e militar, a fim de remediar o caos ali enfrentado. A medida é prevista pela Constituição Federal (CF) de 1988, em seus art. 34 a 36, tratando, por exemplo, da suspensão da autonomia de um ente federativo. No caso em particular, é previsto que a suspensão deve ocorrer em um menor tempo possível apenas para restaurar a ordem.

No âmbito pátrio, o ordenamento jurídico prevê duas situações onde a exceção pode ser aplicada, quais sejam: 1) O Estado de defesa previsto para situações de grave risco institucional ou de calamidade (doenças contagiosas que estejam se espalhando em um determinado local, para que todos que ali vivem possam ser isolados, perdendo o direito de se locomover); e, 2) O Estado de sítio, empregado quando o país entra em guerra e parte dos direitos fundamentais previstos na Carta Magna é suspenso para que as Forças Armadas sejam capazes de repelir com maiores condições os exércitos inimigos; aqui, faz-se importante emitir mandado de busca e apreensão; logo, podem revistar qualquer propriedade sem permissão de seu dono; sua aplicação se dá quando o Estado de defesa não é suficiente para conter a calamidade.

Ambos as situações são decretadas pelo o Presidente da República, mas, o Congresso Nacional (CN) necessita ratificar o decreto. Este último, se entender que a solicitação não faz jus, a ordem do Presidente de nada valerá, e a Constituição volta a valer em sua integralidade.

Agamben (2008) adverte que o uso da suspensão toda vez que surge uma urgência pode acarretar no aparecimento da exceção extrema, que pode dar a luz a uma ditadura soberana. Sobre a questão, nas palavras do jurista Carl Schmitt(1922, p. 39): “O Estado continua a existir, enquanto o direito desaparece”.

A necessidade de criar leis para facilitar o governo do Poder Executivo causa uma anomalia no Direito, uma vez que o poder soberano estará em uma posição de total direito de subjugar o cidadão, pois estará guardado por uma imunidade jurídica. Logo, qualquer um pode ser considerado inimigo do Estado e, se ocorrer a eliminação física do cidadão transgressor das leis em vigor no Estado de exceção, a violência cometida pelo Estado não será contestada.

Agamben(2008) aponta o Estado nazista como exemplo de um caso em que a exceção se tornou permanente. Assim que Hitler tomou posse da Alemanha, assinou decretos que suspendia os direitos básicos dos cidadãos, alegando ser uma estratégia para garantir a segurança, coibindo qualquer contravenção por parte dos inimigos de seu governo. O Estado nazista durou por 12 anos, e a exceção que seria uma suspensão excepcional para salvar o Estado, tornou-se regra.

Quando os nazistas tomaram o poder em 28 de fevereiro de 1933, emanaram o *Verordnung zum Schutz von Volk und Staat* que suspendia por tempo indeterminado os artigos da constituição que concerniam a liberdade pessoal, a liberdade de expressão e de reunião, a inviolabilidade do domicílio e ao sigilo postal e telefônico, eles não faziam mais, neste sentido, do que seguir uma praxe consolidada pelos governos precedentes (AGAMBEN, 2010, pg.175.).

Por meio da exceção é possível eliminar legalmente os inimigos políticos que, de acordo com Estado, sejam o motivo da desordem. Na Alemanha nazista, várias categorias de cidadãos se tornaram alvo da violência soberana. Os decretos promulgados por Hitler tornou legal o que é totalmente ilegal: o assassinato de milhares de pessoas que considerava inimigos do Estado.

O governo nazista fez uso do direito para se tornar uma máquina genocida, ilustrando, assim, o que Agamben(2008) denomina inscrição da vida no Direito. A exceção é o exemplo máximo de como o poder soberano contemporâneo governa, fazendo da vida mecanismo importante para a máquina de governar, pois, através dela, é possível tornar o que é legal em ilegal e o que é ilegal em legal.

O fato de ter ocorrido duas guerras mundiais pode ter contribuído para que as sociedades contemporâneas venham recorrer a lacuna na Constituição para governar por intermédios de decretos, fazendo, assim, da exceção, uma regra; fazendo com que o cidadão não considere a legislação uma defesa em caso de transgressão cometida pelo Estado.

1.2 PODER SOBERANO

Agamben(2008) aborda o pensamento do jurista Carl Schmitt acerca da definição de soberania, que afirma ser o soberano quem decide sobre o Estado de exceção. O conceito está atrelado a uma estrutura de difícil compreensão, pois não surge como uma autoridade política, conforme apresentado pela Filosofia Moderna. Em verdade, é um paradoxo. Nas palavras de Schmitt (1922, p. 34): “O soberano está, ao mesmo tempo, dentro e fora do ordenamento jurídico”.

O soberano tem o poder de suspender a lei. Com tal ação, ele acaba por se tornar um fora da lei, pois se coloca fora do ordenamento jurídico; mas, ao mesmo tempo, o ordenamento jurídico acaba lhe pertencendo, pois lhe cabe decidir sobre o Estado de exceção. Sobre a questão, Agamben(2010, p. 22) afirma que o paradoxo pode ser lido de outra maneira “A lei está fora dela mesma ou então eu, o soberano, que estou fora da lei declaro que não há um fora da lei”.

Dentro e fora da lei transfigura-se no que é a própria lei. Uma definição genérica sobre a soberania está no fato de exercer o poder, autorregular e administrar. Portanto, a soberania controla a validade da lei e determina qual o espaço do Direito. Logo, o Estado de exceção é o início da localização jurídica, pois abre espaço para a fixação de um ordenamento. O soberano, portanto, torna-se a própria lei.

O soberano, através do estado de exceção, "cria e garante a situação", da qual o direito tem necessidade para a própria vigência. Mas que coisa é esta "situação", qual a sua estrutura, a partir do momento que ela não consiste senão na suspensão da norma? (AGAMBEN, 2014, p. 24).

Segundo Agamben(2008), a exceção como estrutura da soberania a coloca em um estado de indeterminação quanto ao lugar que pertence, revelando-a, ao mesmo tempo, a partir da decisão. Assim, a vontade soberana vai exercer seu poder ao introduzir a vida ao Direito. A vida humana é capturada a partir do momento que a suspensão do direito é decretada. Logo, o paradoxo se enuncia como o que captura a vida, ao mesmo tempo em que a abandona.

Por outro lado, se a exceção é o dispositivo original graças ao qual o direito se refere à vida e a inclui em si por meio de sua própria suspensão, uma teoria do estado de exceção é, então, condição preliminar para se definir a relação que liga e, ao mesmo tempo, abandona o vivente ao direito. (AGAMBEN, 2008 p. 12).

Em sua obra *Homo sacer: o poder da vidanua*, Agamben (2014) considera que a origem do Estado se dá pelo bando no sentido de comunidade. Mas, ele não faz uso da palavra comunidade, se referindo ao bando como a esfera que pratica a exceção em sua forma mais desvelada.

A característica da exceção de estar dentro e fora da lei é prática do soberano, que decide por banir o indivíduo que julga inimigo do Estado. O homem banido não é apenas posto de fora da lei, mas é abandonado por ela; é colocado no limiar de indeterminação entre a vida e o Direito. Logo, a relação Direito-vida não se dá por sua aplicação, mas sim, pelo abandono.

É o bando o soberano que decide se deve incluir ou excluir os indivíduos e, portanto, de tomar a decisão da exceção. Se dá no bando a junção entre a soberania e a vida nua. Logo, o Estado de exceção é inerente ao Estado de Direito, pois, ao abandonar o indivíduo, o bando o coloca a mercê de qualquer coisa que lhe aconteça.

É esta estrutura de bando que devemos aprender a reconhecer nas relações políticas e nos espaços públicos em que ainda vivemos. Mais íntimo que toda interioridade e mais externo que toda a estraneidade é, na cidade, o banimento da vida sacra. Ela é o nómos soberano que condiciona todas as outras normas, a espacialização originária que torna possível e governa toda localização e toda territorialização. (AGAMBEN, 2014, p. 110).

As perdas de direitos de indivíduos que são considerados a margem da sociedade demonstram a maior característica do abandono como punição. O humano que não é animal e nem humano é colocado em uma situação de estar e não estar dentro da norma jurídica, e somente quem tem esse poder de abandono é o bando, comandado pelo soberano, que é o responsável por legislar dentro e fora da norma.

O abandono é a descrição da violência soberana em sua totalidade, pois, ao abandonar o indivíduo, o coloca em uma situação em que perde totalmente direitos civis; é colocado a margem do que é legal. Este é o ato em que a Lei coloca o indivíduo fora dela e o reduz a uma mera vida, autorizando, assim, a eliminação física deste por qualquer um, e este não será julgado se cometer homicídio contra o abandonado. Neste ínterim, a vida é inserida no Direito por meio da violência ao qual o soberano a submete.

Capítulo 2

O poder da vida nua

2.1 BIOSVERSUSZOE

Ao analisar a inscrição da vida como mecanismo do poder soberano. Agamben(2008) recorre à tradição grega e à modernidade para compreender como a vida humana se torna instrumento da configuração do Estado. Aquele filósofo acredita que a situação da política contemporânea é tributária, de uma longa história que tem seu início concomitante com a instalação da democracia grega, contrapondo à noção trazida por Foucault, de que a biopolítica seria uma decorrência da modernidade, quando, em verdade, se tem uma tenaz correspondência entre o moderno e o arcaico, que reflete no viés da política de então.

Os gregos empregavam três termos distintos para tratar da vida, quais sejam: 1) *Bios*(vida política); 2) *Zóe*(vida bestial);e, 3) Vida contemplativa. Agamben(2014) se firmará nos termos “*bios*” e “*zoe*” – o primeiro diz respeito à vivência do homem na política; e, o segundo, à vida comum a todos os viventes dada pela natureza.

O tratado *A Política*, do filósofo Aristóteles (1998) é muito importante para firmar os termos supramencionados na cultura e filosofia grega. Dali surge a noção clássica do homem ser um animal político e que precisa da *Pólis* para se desenvolver, pois, sem ela, perece. Logo, a *bios* é a vida política onde o homem é capaz de exercer sua faculdade racional.

Ainda seguindo o pensamento de Aristóteles (1998), a *zoe* está ligada ao âmbito da administração (*oikonomia*). Está localizada no âmbito da casa (*oiko*) e pertence à categoria de indivíduos considerados incapazes de exercer a razão, sendo eles: os escravos, as mulheres e as crianças. A composição da *polís* é responsável por reforçar a separação da vida.

Aristóteles (1998) defendia que a *zoe* é a vida seguindo o curso em que a natureza dita a lei. Portanto, a escravidão não é estranha para o filósofo, pois, é natural e está implicada na vida desqualificada.

Segundo a teoria política de Aristóteles (2004, p. 08): “Aquele que, por sua natureza e não por obra do acaso, existisse sem nenhuma pátria, seria um indivíduo detestável, muito acima ou muito abaixo do homem”. Logo, um homem que se distancia da política não deve ter o direito de ser considerado cidadão, o que se configura como o primeiro passo para classificar um indivíduo com o termo “zôe”.

A contemporaneidade traz à tona um conceito de vida entrelaçada com a política que não é tão positiva em relação à tradição clássica.

O conceito de biopolítica é exposto pelo filósofo Michel Foucault em sua obra *História da sexualidade: avontade de saber* (1999), onde desfoca a *bios* para confrontar o seu convertimento em *zôe* (mera vida), diluída no direito que ao mesmo tempo não tem direito. Aqui, o poder político assume a tarefa de administrar a vida, transformando-a em combustível para os mecanismos de poder.

Concretamente, esse poder sobre a vida desenvolveu-se a partir do século XVII, em duas formas principais; que não são antitéticas e constituem, ao contrário, dois pólos de desenvolvimento interligados por todo um feixe intermediário de relações. Um dos pólos, o primeiro a ser formado, ao que parece, centrou-se no corpo como máquina: no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos — tudo isso assegurado por procedimentos de poder que caracterizam as disciplinas: anátomo-política do corpo humano. O segundo, que se formou um pouco mais tarde, por volta da metade do século XVIII, centrou-se no corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores: uma biopolítica da população. As disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois pólos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida. A instalação — durante a época clássica, desta grande tecnologia de duas faces — anatômica e biológica, individualizante e especificante, voltada para os desempenhos do corpo e encarando os processos da vida — caracteriza um poder cuja função mais elevada já não é mais matar, mas investir sobre a vida, de cima a baixo (FOUCAULT, 1988, p. 131).

A vida humana na contemporaneidade é separada e excluída de si mesma e aparece como aquela que emerge nas condições do Estado de exceção quando o ordenamento jurídico é suspenso. A política da vida é aquela que controla a morte do cidadão. É determinada como vida nua; portanto, inumana, desumana, desqualificada e desprotegida. É uma vida “matável” e, ao mesmo tempo, “insacrificável”. O produto final da relação da exceção com o poder soberano está na fabricação da vida nua.

Pode-se dizer, aliás, que a produção de um corpo biopolítico seja a contribuição original do poder soberano. A biopolítica é nesse sentido, pelo menos tão antiga quanto a exceção soberana. (AGAMBEN, 2012, p. 14).

O soberano, na contemporaneidade, é diluído no sentido em que qualquer que tome parte por tirar a vida do banido é soberano, pois toma a decisão de matar aquele que está fora na lei. Assim, quem pode deliberar sobre a “matabilidade” dentro da legalidade é soberano.

A relação de abandono e, de fato, tão ambígua, que nada é mais difícil do que desligar-se dela. O bando é essencialmente o poder de remeter algo a si mesmo, ou seja, o poder de manter-se em relação com um irrelato pressuposto. O que foi posto em bando é remetido a própria separação e, juntamente, entregue à mercê de quem o abandona, ao mesmo tempo excluído e incluído, dispensado e, simultaneamente, capturado. (AGAMBEN, 2014, p.36).

O autor reitera que a sociedade contemporânea está moldada nesta estrutura de bando, que transforma a vida em objeto central da política, que faz dos cidadãos alvos do abandono determinado pelo poder soberano. A nudez é sentenciada com a perda dos direitos civis inserindo-o a margem da sociedade e da política.

2.3 SACRALIDADE DA VIDA

Manifesta-se da relação soberania-Estado de exceção uma figura que exemplifica o que é a vida como uma categoria das políticas modernas, um ser que perde sua essência humana, sendo atribuída a indistinção do que está dentro ou fora do jurídico. Neste sentido, assevera Agamben (2014, p. 16): “Protagonista deste livro é a vida nua, isto é, a vida matável e insacrificável do *homo sacer*, cuja função essencial na política moderna pretendemos reivindicar”.

No Direito Romano é atribuído o termo “*homo sacer*” ao homem que é banido do convívio social e forçado a viver uma mera vida, sujeita a violência de qualquer um, pois não tem valor; sua vida é zóe, como denominavam os gregos. Este é expulso do mundo dos homens, sendo, assim, bestializado. E aquele que o matar não será punido, pois não pode ser julgado, já que a vida está abandonada pelas leis do homem e de Deus. É lícito matá-lo, mas não sacrificá-lo.

Aquilo que define a condição do *homo sacer*, então não é tanto a ambivalência originária da sacralidade que lhe é inerente, quanto, sobretudo, o caráter particular da dupla exclusão em que se encontra preso

é da violência á qual se encontra exposto. (AGAMBEN, 2014, p.84).

A palavra *sacer* quer dizer sacro, ou aquele que é sagrado, mas, na condição de homem sacro, não significa que seja especial e inviolável quando se pensa no viés religioso; mas sim, que pertence à classe de coisas que estão fora da sociedade. Logo, o sacrifício do *homo sacer*, que pertence à esfera da exceção soberana, o sacraliza, mesmo não fazendo parte do âmbito do religioso.

Festo, no verbete *sacermons* do seu tratado Sabre o significado das palavras, conservou-nos a memória de uma figura do direito romano arcaico na qual o caráter da sacralidade liga-se pela primeira vez a uma vida humana como tal. (AGAMBEN, 2014, p.76).

O *homo sacer* é exposto a uma dupla exclusão que não permite ser sacrificado, mas, a morrer sem impunidade. Aquele que mata o *homo sacer* não pode ser condenado, pois não praticou ato ilícito ou sacrilégio devido à sacralidade da vítima. Sua vida é nua de direitos; portanto, não é considerado cidadão. É uma espécie de corpo sem vida e sem valor. É a representação originária da vida presa ao banimento soberano.

Sacra é a vida exposta constantemente ao poder de morte e *sacer* esta é a fórmula política que marca a submissão da vida ao poder soberano expondo-a a uma matabilidade virtual (AGAMBEN, 2010, p.86).

A vida atribuída aos indivíduos indesejados e que se tornam problema para manter a ordem no Estado faz parte das classes de coisas que estão fora da esfera social, mas, a decisão sobre como sua vida deve ser vivida é decidida pela própria esfera social – está incluída e excluída. Neste ínterim, é possível trazer a figura do *homo sacer* para a contemporaneidade. Aqui, Agamben remete novamente aos governos totalitários para exemplificar tal condição de vida nua com a perseguição do Estado aos judeus, negros, homossexuais e deficientes físicos – indivíduos que estão fora do normal, imposto pela política nazista, fascista e etc.

Destarte, é possível pensar a contemporaneidade através da administração da vida pelo banimento. A vida nua em que o cidadão é submetido pode ser vista por toda parte: nas ruas, onde um não lugar se configura em local de banimento para aqueles sujeitos que estão à margem da sociedade; na situação do refugiado, que busca lar em outros países que não o reconhece como digno de ter direito, ou se nega a recebê-lo sob a máxima de prezar pela segurança dos verdadeiros cidadãos; entre outros casos.

Em relação à sacralidade, vista na contemporaneidade, Agamben(2014, p. 113) reitera:

Se for verdadeiro que o nosso tempo nos propõe, é aquela de uma vida insacrificável, que, todavia, tornou-se matável em uma proporção inaudita, então a vida nua do *homo sacer* nos diz respeito de modo particular. A sacralidade é uma linha de fuga ainda presente na política contemporânea, que, como tal, desloca-se em direção a zonas cada vez mais vastas e obscuras, até coincidir com a própria vida biológica do cidadão. Se hoje não existe mais uma figura predeterminável do homem sacro, é, talvez, porque somos todos virtualmente *homines sacri*.

A contemporaneidade governa a vida na medida em que a localiza em um espaço onde a indistinção soberana possa governar a vida em sua nudez. Neste sentido, não basta banir o indivíduo, mas, é necessário acolhê-lo em um ambiente onde a máxima nudez possa ser configurada. A vida nua de direitos se dá em um lugar físico, que mantém aqueles cuja decisão de banimento o tornou inumano.

O nazismo mais uma vez é mencionado, pois enuncia o campo de concentração como prerrogativa do jurídico em garantir a paz. Aqui, o campo é o espaço de manutenção da ordem e facilitação da administração da vida; é o paradigma de governo moderno, pelo fato de administrar a vida na sua infinita nudez.

O campo o mais absoluto espaço biopolítico, no qual o poder não tem diante de si senão a pura vida sem qualquer mediação. Por isso o campo é o próprio paradigma do espaço político no ponto em que a política torna-sebiopolítica e o *homo sacer* se confunde virtualmente com o cidadão. (AGAMBEN 2008, pg.178).

2.3 O PODER SOBERANO E O DIREITO DE MATAR

Agamben(2014) promove uma reflexão que tem como eixo a relação entre a violência e o direito na constituição da soberania contemporânea. Se valendo de um fragmento de um poema do poeta grego Píndaro, intitulado *NomósBasileus*(O rei é a lei), aquele filósofo analisa a herança da violência soberana mais uma vez como um paradoxo.

O fragmento do poema de XV a.C., é traduzido nas notas da obra *Homosacer: o poder da vida nua por Agamben*. “O nomós de todo soberano, dos mortais e dos imortais, conduz com mão mais forte, justificando o mais violento” (AGAMBEN, 2014, p.39). Aqui, aquele filósofo reforça que tal fragmento remete ao

lema grego de que os homens não devem submissão a outro homem, mas sim, à Lei. Logo, a Lei é a justificativa para que o soberano tenha que fazer uso da violência com os súditos para garantir a ordem.

O paradoxo é expresso na indistinção entre violência e Direito, pois, a violência é justificada pela justiça. O Direito é diluído na proposta da decisão soberana do uso de violência para garantir ou manter a paz, pois, assim se fez necessário. O Estado contemporâneo responsável pela manutenção da ordem e da paz e titular do poder soberano detém o domínio da violência em caráter oficial e justificável.

No caso brasileiro, os membros da segurança pública são empregados para manter e garantir a ordem, fazendo uso da expressão “agente perturbador da ordem pública” para se referir àqueles que estão em ato de manifestação promovendo algum distúrbio social. Para conter os manifestantes, é permitido o uso de armas não letais como formas de apaziguar as multidões.

Quando o Poder Executivo solicita que faça o emprego da força para conter as multidões, ele transfere o direito de uso da violência para uma das organizações. A princípio, solicita as forças auxiliares e, em casos extremos, as Forças Armadas. O cidadão que for considerado suspeito pode sofrer violência justificada, pois, no momento em que contrapõem a ordem, se coloca em risco. E caso este opte por não obedecer às orientações no ato da reimpressão, perderá o direito civil da garantia de liberdade, passando a ser tratado como um fora da lei, justificando, assim, até mesmo uma eliminação física em situação extrema.

Conforme o exposto, o filósofo justifica, a princípio, o uso da violência soberana pela ambiguidade provocada com sua relação com o Direito. A violência está concentrada na ação do soberano em punir para prevenir a desobediência. E o soberano não é o homem comum, mas sim, na noção contemporânea de Estado, é aquele que detém o monopólio do uso do direito para praticar violência.

O nomós soberano é o princípio que, conjugando direito e violência, arrisca-os na indistinção. Neste sentido, o fragmento pindárico sobre nómosbasileus contém o paradigma oculto que orienta toda sucessiva definição da soberania: O soberano é o ponto de indiferença entre violência e direito, o limiar em que a violência traspassa em direito e o direito em violência. ((AGAMBEN 2014, pg.40).

Observa que a política contemporânea absorveu a conexão entre violência e Direito por meio da teoria política do filósofo moderno Thomas Hobbes, sendo este último o fundador da violência soberana, pois o poder soberano apresentado é absoluto.

A teoria política de Hobbes tem por base um Estado de natureza que se situa em uma guerra de todos contra todos, onde ninguém é capaz de garantir a proteção da vida e, tampouco, a conservação de direitos, o que os faz homens animais.

Desta guerra de todos contra todos também isto é consequência: que nada pode ser injusto. As noções de bem e de mal, de justiça e injustiça, não podem aí ter lugar. Onde não há poder comum não há lei, e onde não há lei não há injustiça. Na guerra, a força e a fraude são as duas virtudes cardeais. A justiça e a injustiça não fazem parte das faculdades do corpo ou do espírito. Se assim fosse, poderiam existir num homem que estivesse sozinho no mundo, do mesmo modo que seus sentidos e paixões. São qualidades que pertencem aos homens em sociedade, não na solidão (HOBBS, 1988, p.77).

A única forma de garantir proteção é através do contrato firmado com um soberano que, em troca, recebe a transferência da liberdade, e os direitos passam a ser administrados por ele. A função do soberano é garantir que as leis sejam cumpridas. O poder dado ao soberano através do pacto social é a garantia que tem de praticar violência contra o súdito que se volta contra o seu ato de governar. Nas palavras de Hobbes, tem-se aí uma decisão racional pelo pacto.

Antes do pacto, os cidadãos temiam uns aos outros e, após firmar o pacto, teme-se apenas o soberano. Sobre a questão, Agamben(2014) afirma que o pacto social não garante proteção da vida dos súditos, mas, é apenas uma transferência da violência do Estado de natureza para um poder absoluto que regula as leis e que pode ser colocar dentro e fora dela, se necessário. De acordo com o filósofo moderno:

Dado que todo súdito é por instituição autor de todos os atos e decisões do soberano instituído, segue-se que nada do que este faça pode ser considerado injúria para com qualquer de seus súditos, e que nenhum deles pode acusá-lo de injustiça. Pois quem faz alguma coisa em virtude da autoridade de um outro não pode nunca causar injúria àquele em virtude de cuja autoridade está agindo. Por esta instituição de um Estado, cada indivíduo é autor de tudo quanto o soberano fizer, por consequência aquele que se queixar de uma injúria feita por seu soberano estar-se-á queixando daquilo de que ele próprio é autor, portanto não deve acusar ninguém a não ser a si próprio; e não pode acusar-se a si próprio de injúria, pois causar injúria a si próprio é impossível (HOBBS, 1988, p. 109).

A grosso modo, o cidadão jamais deverá se colocar contra a decisão soberana, pois estará em total contravenção com a ordem estabelecida. E se persistir em subjugar a lei soberana, é considerado inimigo por perturbar a paz e a segurança dos demais. Logo, poderá ser banido do bando e exposto à morte. O poder soberano conserva a violência do Estado de guerra de todos contra todos no exercício da decisão sobre a morte. Neste sentido, Agamben(2014, p. 122) conclui que:

A grande metáfora do Leviatã, cujo corpo é formado por todos os corpos dos indivíduos, deve ser lida sob esta luz. São os corpos absolutamente matáveis dos súditos que formam o novo corpo político do Ocidente.

Capítulo 3

3.1 O GOLPE DENTRO DO GOLPE

A análise de Agamben(2008) sobre os instrumentos de poder adotados pela política contemporânea abre espaço para a reflexão sobre o contexto histórico brasileiro. Neste sentido, surge o questionamento da possibilidade de que a ditadura militar tenha sido um Estado de exceção.

Historicamente, a democracia brasileira é marcada por várias situações em que se fez necessário o uso da excepcionalidade para garantir a ordem. A Constituição já foi alterada diversas vezes, o que pode ter dado vazão para que se instalasse uma ditadura militar, por exemplo, para que a lei soberana fosse obedecida.

Recentemente, a democracia no Brasil foi reestabelecida após a Constituição Federal (CF) de 1988, que marcou a ruptura de um Estado imerso na indeterminação jurídica para um Estado Democrático de Direito, onde se limita, pelo Direito, o poder político legitimado pelo povo.

O período de obscuridade da política brasileira se apresenta, em um primeiro momento, no regime civil militar, pois, o governo também era composto por civis. Portanto, havia uma pseudodemocracia, já que era possível votar em senador, deputado federal e estadual, trazendo a ideia de que o cidadão possuía liberdade política. Ainda hoje há discussão se houve, de fato, uma ditadura, devido à manobra adotada pelo poder soberano da época.

A ditadura militar passou por três períodos determinantes para manter o Brasil na escuridão, quais sejam: 1). Em 1964, com a consolidação do regime; 2) em 1968, com a instituição do Ato Institucional n. 5, de 13 de dezembro (AI-5) – os anos de chumbo; e, 3) em 1974, que foi marcado pelo desaparecimento de opositores ao governo do General Ernesto Geisel.

O Brasil antecessor ao golpe militar estava enfrentando uma crise política e econômica. Em 1961, o presidente eleito Jânio Quadros renunciou à Presidência, desencadeando uma revolta por parte dos partidos conservadores, pois, o seu Vice-Presidente, João Goulart, era visto como comunista; logo, não poderia solucionar os problemas então eloquentes; pelo contrário, poderia emergir o Brasil em uma ditadura comunista.

Desde o início do governo de Goulart, os militares mais conservadores foram contra sua posse. Tal cenário foi determinante para que as Forças Armadas se agrupassem para tomar o poder. Como *modus operandi*, em seu lugar, empossaram o Presidente da Câmara dos Deputados (CD), instituindo, posteriormente, o Parlamentarismo. Apenas em 1963, o presidente teve plenos poderes, iniciando, assim, um governo reformista, que seria o motivo principal para o golpe que viria a seguir.

Em 1964, a oposição organizou a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, onde milhares de religiosos, conservadores, classes média e alta, e militares, foram às ruas reivindicar que João Goulart renunciasse à Presidência.

No dia 31 de março de 1964, as tropas das Forças Armadas anunciavam a intensão de efetuar o golpe. Inúmeras tropas do exército se deslocaram para o Rio de Janeiro e forçaram o Presidente a deixar o país, escolhendo o exílio para evitar uma guerra civil. Com isso, os militares propagaram a notícia de que havia abandonado o cargo.

É possível relacionar tal episódio com a noção de “bando” exposta por Agamben (2014), pois, o Presidente, ao ser exilado, é abandonado pelo Direito, não tendo escolha a não ser aceitar o banimento, uma vez que se torna inimigo do Estado. Deve se manter longe do bando para que sua vida não seja exposta a morte.

No dia 02 de abril 1964, o Congresso Nacional (CN) declarou que o cargo da Presidência estava vago, pois, o presidente João Goulart havia abandonado o poder. Assim, o Presidente da CD tomou posse e, 15 dias depois, o General Alencar Castelo Branco seria eleito o primeiro militar Presidente da República. Em seu discurso de posse, ele afirmou que seria um defensor do Estado Democrático, mas estabeleceu eleições diretas.

Seu primeiro ato se referiu à adulteração da Constituição com o Ato Institucional n. 1, de 09 de abril de 1964 (AI-1), que promovia a cassação de opositores políticos e a dissolução de partidos e sindicatos. Em 1967, instituiu uma nova Constituição com o principal intuito de censurar qualquer cidadão que se opusesse ao governo. Daí têm-se os cinco AIs.

O AI considerado o mais opressor do período foi o AI-5, que surgiu da necessidade de combater as crescentes greves operárias e estudantis. Os decretos

visavam restaurar a paz ameaçada pelos grupos comunistas que tentavam tomar o poder. Então, decretou-se que o retorno das atividades das Assembleias e do CN seria decidido pelo Presidente.

Originou-se ali o ato de cassar os mandatos de membros dos poderes Executivo e Legislativo, o que fortaleceu ainda mais o Poder Executivo federal. Além disso, suspendeu-se o direito *ao habeas corpus* nos casos de crimes contra a segurança nacional e ratificou-se a jurisdição da justiça militar sobre crimes políticos. E ainda, revogou-se o direito básico do cidadão de saber o motivo da prisão, para facilitar que as investigações fossem adiante. Neste íterim, todo cidadão passou a ser considerado um possível terrorista.

É possível ilustrar a perda de direitos do cidadão que passa a ser considerado terrorista com uma passagem da obra *O Processo*, de Franz Kafka (2004). Nela, o personagem é detido e não sabe o motivo; ele indaga à autoridade: “Por que estou detido?”. A resposta que escuta é simplesmente injusta: “Não me cabe explicar isso. Volte para o seu quarto e espere ali. O inquérito está em curso, de modo que se inteirará de tudo em seu devido tempo” (KAFKA, 2004, p. 254).

O Estado de exceção é uma excepcionalidade prevista na Constituição que pode virar regra por um indeterminado período de tempo; porém, o soberano é eleito democraticamente. E o poder de decretar a morte do cidadão não é uma decisão ilegal.

Estado de exceção não é uma ditadura (constitucional ou inconstitucional, comissária ou soberana), mas um espaço vazio de direito, uma zona de anomia em que todas as determinações jurídicas – e, antes de tudo, a própria distinção entre público e privado – estão desativadas. Portanto, são falsas todas aquelas doutrinas que tentam vincular diretamente o estado de exceção ao direito, o que se dá com a teoria da necessidade. (AGAMBEN, 2008, p.76)

O conceito supramencionado não se aplica ao período militar brasileiro, pois, o que se instalou na democracia pátria se refere a um governo ilegal que tomou o poder. Os revolucionários que se colaram contra a ditadura não podem ser considerados fora da lei, pois, o Estado que é ilegal e está ferindo a Constituição, conforme evidencia a Declaração dos Direitos dos Homens e do Cidadão de 1973, em seu art. 27, *in verbis*: “[...] que todo indivíduo que usurpe a soberania seja assassinado de imediato pelos homens livres”.

Conforme o exposto, Agamben (2008) argumenta que a difícil definição do conceito de estado de exceção é responsável por confundir os teóricos que acreditam ser o mesmo que uma ditadura. A forma legal suspensa abre para interpretações ambíguas, assemelhando-o a um Estado caos. Neste ínterim, aquele filósofo reitera que a ditadura é um governo ilegal, e a confusão se completa quando a relacionam com governos totalitaristas.

O nazismo, segundo Agamben (2008), é uma documentação maciça da execução da violência, mas não responde ao fato de que todas as decisões tomadas contra vida estavam fora da ilegalidade. Ali, o soberano estava garantido à segurança e protegendo os cidadãos dos indesejados.

CONCLUSÃO

Findado o desenvolvimento da presente pesquisa, mostrou-se claro o limite do poder soberano através dos conceitos apresentados por Agamben, com o intuito de relacioná-lo com a política contemporânea.

O conceito de Estado de exceção concedeu a formulação de que a soberania é o início e o fim de um ordenamento jurídico. Neste sentido, o soberano que se coloca dentro e fora da lei pode determinar que não é um fora da lei e, assim, situar-se em uma dimensão obscura e ambígua.

A partir daí, é possível se aproximar da noção de que a soberania não é externa a ordem jurídica, mas se faz estrutura originária onde o Direito se refere à vida, a partir da exceção que estabelece dentro e fora dela.

A inscrição da vida pelas políticas modernas não é novidade, pois, segundo a tradição filosófica, já havia certa articulação em definir o homem como animal político. Mas há uma definição de vida nua a partir de uma noção da natural desigualdade entre os homens – enunciada pelo filósofo grego Aristóteles, a escravidão fazia parte da lei da natureza, assimilando a vida orgânica (zoe) para justificar a hierarquia na sociedade.

Dessa relação tem-se o nexo entre a violência e o Direito na constituição da soberania, como aquele que tem o poder de decisão sobre vida e morte, e, por isso, a valoriza. Conforme Agamben (2014, p. 14): “O significado biopolítico do estado de exceção como estrutura original em que o direito inclui em si o vivente por meio de sua própria suspensão”.

As linhas que se seguiram apontaram que a exceção é um dispositivo que, por sua natureza, se coloca dentro da legalidade, por estar fora do controle judiciário. Assim, o Estado de exceção não é possível em uma ditadura militar, já que é um governo ilegal e que não tem por base a Constituição vigente.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Apolítica**. Trad. António Campelo Amaral e Carlos Gomes. Portugal: Ed. Vega Universidade/ Ciências Sociais e Políticas, 1998.

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer – O Poder Soberano e a Vida Nua I**. Belo Horizonte: UFMG, 2014

BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos. **Direito à verdade e à memória: Comissão, Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos**. Brasília, 2007.

SCHMITT, Carl. **Teología Política**. Madrid: Editorial Trotta, 2009.

CASTRO, Edgardo. **Introdução a Giorgio Agamben - Uma arqueologia da potência**. São Paulo: Autêntica Editora, 2012.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. 6. ed. Rio de Janeiro:Edições Graal, 1988.

KAFKA, Franz. **O processo**. Tradução Modesta Carone. São Paulo: Companhia das letras, 1997

NASCIMENTO, Daniel Arruda. **Do fim da experiência ao fim do jurídico: percurso de Giorgio Agamben.1. ed.** São Paulo: LiberArs, 2012

SAFLATER, Vladimir.: **O QUE RESTA DA DITADURA: A EXCEÇÃO BRASILEIRA. 1. Ed.** São Paulo: Boi Tempo, 2010.